



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA  
LICENCIATURA EM LETRAS PORTUGUÊS/ESPAÑHOL  
E RESPECTIVAS LITERATURAS**

**ROSA LÚCIA DUARTE RODRIGUES**

**OS PROCESSOS DE (RE)CONFIGURAÇÃO IDENTITÁRIA DE MOÇAMBIQUE  
REPRESENTADOS NA OBRA *NIKETCHE: UMA HISTÓRIA DE POLIGAMIA*, DE  
PAULINA CHIZIANE**

**TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

BAGÉ, 2011

**ROSA LÚCIA DUARTE RODRIGUES**

**OS PROCESSOS DE (RE)CONFIGURAÇÃO IDENTITÁRIA DE  
MOÇAMBIQUE REPRESENTADOS NA OBRA *NIKETCHE: UMA  
HISTÓRIA DE POLIGAMIA*, DE PAULINA CHIZIANE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à  
Universidade Federal do Pampa, como  
requisito parcial para obtenção do Título de  
Licenciada em Letras Português/Espanhol e  
respectivas Literaturas.

Orientador: Prof. Dr. Moacir Lopes de  
Camargos

**Bagé, 2011**

**ROSA LÚCIA DUARTE RODRIGUES**

**OS PROCESSOS DE (RE)CONFIGURAÇÃO IDENTITÁRIA DE  
MOÇAMBIQUE REPRESENTADOS NA OBRA *NIKETCHE: UMA  
HISTÓRIA DE POLIGAMIA*, DE PAULINA CHIZIANE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado a  
Universidade Federal do Pampa, como  
requisito parcial para obtenção do Título de  
Licenciada em Letras Português/Espanhol e  
Respectivas Literaturas.

Área de concentração: Literaturas Lusófonas.

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em: 04 de julho de 2011.

Banca examinadora:

---

Professor Dr. Moacir Lopes de Camargos.  
Orientador  
Letras – UNIPAMPA

---

Professora Dra. Miriam Denise Kelm  
Letras – UNIPAMPA

---

Professor Ms. Sandro Martins da Costa Mendes  
Letras - UNIPAMPA

Dedico este trabalho à minha mãe, Arlene, que sempre esteve ao meu lado dando-me carinho, apoio, incentivo e amor, imprescindíveis para a conclusão desta jornada.

## **AGRADECIMENTOS**

À minha mãe pelo companheirismo e compreensão, principalmente nos momentos de ausência e/ou irritabilidade.

Ao professor Dr. Moacir Lopes de Camargos pela orientação, paciência, motivação, incentivo e apoio para que eu realizasse esse trabalho.

Ao amigo Fernando Dias, companheiro nem parte desta caminhada, pelo incentivo e apoio.

Ao grande amigo, padrinho e conselheiro, João Pedro, pelo apoio, incentivo, motivação e conselhos dados.

Às amigas e colegas de curso pelo convívio, aprendizado, trocas de experiências e por compartilharem comigo todos os momentos.

À professora Miriam Kelm, fonte de inspiração no que se refere ao estudo e ensino de literatura, pelo apoio e estímulos oferecidos desde o início do curso.

Às professoras Vera Medeiros e Cristiane Lazzarotto Volcão, pelo apoio e estímulos oferecidos desde o início do curso, especialmente no que diz respeito ao desenvolvimento da escrita e do pensamento crítico.

"Identidade é o que se forma quando não nos  
dão nada e o que sobra quando nos tiram  
tudo".

João Cláudio Moreno

## RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo averiguar de que maneira aspectos linguísticos e culturais influenciam/influenciaram o processo de (re)configuração identitária vivido por Moçambique, e como este é refletido pela literatura. Para tal foi realizada uma revisão de bibliografias que abordam questões de identidade e posteriormente, uma investigação acerca de tais processos, tendo como objetos de análise a realidade poscolonial deste país partir da obra *Niketche: uma história de poligamia*, de Paulina Chiziane. Pode-se perceber, a partir da discussão que, linguisticamente, a adoção da língua portuguesa como língua oficial, embora tenha possibilitado a unificação lingüística de um país rico em dialetos, também promoveu o pagamento de línguas vernáculas e o empobrecimento intelectual e educacional de Moçambique. No que se refere aos aspectos culturais, a mescla de crenças, costumes e tradições ancestrais com os valores e práticas ditadas pelo colonizador, acabou por constituir sujeitos multiculturais que, por meio da literatura, buscam resgatar suas raízes culturais e (re)afirmar sua africanidade. Para a realização deste trabalho foi realizada uma revisão de bibliografias que abordam questões de identidade em que se destaca Hall (2006); o papel da literatura: Candido (2002), Rama (1985) e Zilberman (1999); e a literatura de Moçambique: Chaves (2004), Couto (2004), Cesário (2008) e Braga (2010).

**Palavras-chave:** Literatura. Língua. Identidade

## RESUMEN

Este estudio tiene como objetivo investigar cómo los aspectos lingüísticos y culturales influyen / influyeron en el proceso de (re) configuración de la identidad vivida por Mozambique, y cómo esto se refleja en la literatura. Para tal se realizó una revisión de bibliografías que abordan cuestiones de identidad y, más tarde, una investigación de estos procesos, teniendo como objetos de análisis la realidad pos-colonial de este país y la obra *Niketche: una historia de poligamia*, de Paulina Chiziane. Se puede percibir, a partir de la discusión que, lingüísticamente, la adopción del portugués como idioma oficial, aunque tenga posibilitado la unificación lingüística de un país rico en dialectos, también promovió el apagamiento de las lenguas vernáculas y el empobrecimiento educativo e intelectual de Mozambique. En términos de cultura, la mezcla de creencias, costumbres y tradiciones antiguas con los valores y prácticas dictadas por los colonizadores, acabó por constituir sujetos multiculturales que, a través de la literatura, tratan de rescatar sus raíces culturales y (re) afirmar su africanidad. Para la realización de este trabajo fue realizada una revisión de bibliografías que abordan cuestiones de identidad en que se destaca Hall (2006); el papel de la literatura: Candido (2002), Rama (1985) y Zilberman (1999); y la literatura de Mozambique: Chaves (2004), Couto (2004), Cesário (2008) y Braga (2010),

**Palabras - clave:** Literatura. Lengua. Identidad

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	9
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA .....	10
3. ANÁLISE .....	16
3.1. Língua: Contexto histórico.....	16
3.2. Língua e literatura .....	17
3.3. <i>Niketche</i> e a diversidade.....	19
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	24
5. REFERÊNCIAS .....	25

## 1- INTRODUÇÃO

Discutir questões de identidade é sempre uma tarefa bastante delicada, pois envolve aspectos culturais, linguísticos, socioeconômicos, políticos, intelectuais, relativos a gênero, históricos, dentre outros que se (re)configuram como uma constante negociação em busca do resgate de uma tradição ou da (re)construção de novas tradições.

Essa negociação fica bastante evidente ao discutirmos o processo de (re)configuração identitária vivido pelos países africanos, que outrora foram colônias portuguesas, já que os sujeitos se vêem divididos entre vivências herdadas de seus antepassados e aquelas impostas pelo colonizador como, por exemplo, a adoção da língua portuguesa como língua nacional e a imposição de hábitos e costumes que, mesclados às crenças ancestrais, geraram uma imensa diversidade cultural. E porque não dizer, uma enorme tensão.

Nesse cenário destaca-se Moçambique, país que esteve sob domínio de Portugal de 1498 a 1975 e que, atualmente, registra um crescente processo de (re)afirmação identitária. Este, embora seja lento, já pode ser visto por meio da crescente produção literária, na qual podemos destacar nomes como o de Paulina Chiziane e sua obra *Niketche: uma história de poligamia*, que é o objeto de análise deste trabalho.

Desse modo, tomando essa obra como referência, o objetivo principal desta investigação é averiguar de que maneira aspectos linguísticos e culturais influenciam/influenciaram o processo de (re)configuração identitária vivido por Moçambique e como este é refletido pela literatura. Vale ressaltar que o interesse por esse tema de pesquisa se deu durante o primeiro semestre de 2010 durante as aulas da disciplina Literaturas Lusófonas III, ministrada pela professora Miriam Kelm no curso de Letras da Unipampa, campus Bagé.

Com vistas a atingir o objetivo acima, após a leitura do livro de Chiziane, foi realizada uma revisão de bibliografias que abordam questões de identidade, o que possibilitou um olhar para o processo de (re)construção do conceito de identidade, sua relação com a história e com a literatura para, posteriormente, realizar uma investigação de como se dá o processo de (re)configuração identitária em Moçambique. Para a análise a que me propus, tomei como referência o paradigma indiciário proposto por Ginsburg (1989). Este paradigma nos parece útil tendo em vista que não buscamos generalizações. Ao contrário, são os indícios do discurso literário que nos fornecerão pistas para observarmos as questões referentes à (re)configuração identitária em Moçambique.

Quanto à opção pelo tema de pesquisa, este deve-se também a um forte interesse pelas inter-relações históricas e culturais que permeiam os processos de (re)configuração identitária e como estes são refletidos pela literatura, mais especificamente, na obra escrita pela escritora africana. Conforme observa Perrone-Moisés (1998), na história da literatura ocidental há uma supremacia da presença masculina (escritores). Parece-me que isso se dá também neste momento da literatura africana, embora esta observação da autora não seja discutida neste trabalho, pois isso seria foco de outra análise.

Já a escolha da obra *Niketche: uma história de poligamia* deve-se ao fato de:

- mostrar a realidade socioeconômica, política e cultural por meio do olhar de uma nativa, ou seja, através da voz de Rami (a narradora), a autora traça um painel da condição feminina e da sociedade moçambicana, contemplando as representações de experiências coletivas, experiências subjetivas e as práticas culturais de seu país;
- tratar-se de um exemplar da emancipação da mulher, visto que Paulina é a primeira escritora moçambicana a publicar uma obra romanesca em seus país;
- romper com os cânones, ou seja, a obra distancia-se dos moldes europeus aproximando-se da oralidade, isto é, da contação de histórias, vastamente difundida naquele país.

Desse modo, o presente trabalho se justifica por apresentar uma discussão acerca da influência de aspectos lingüísticos e culturais sobre os processos de (re)configuração identitária e como estes são refletidos na obra literária de Paulina Chiziane, *Niketche: uma história de poligamia*.

## **2 – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

Ao falar em literatura, podemos tomar a acepção de Veríssimo (2001:23): “um conjunto de produção intelectual humana escrita, conjunto de obras especialmente literárias, conjunto de obras sobre um dado assunto [...], boas letras”. Contudo, não podemos esquecer que literatura é também arte, uma vez que relaciona fatos e emoções, recriando a realidade através do espírito do artista que a retransmite sob a forma dos vários gêneros existentes, refletindo história, cultura e identidade de um povo, cumprindo assim sua principal função, classificada por Antonio Candido (1995) como função humanizadora. Essa denominação,

explica o autor, deve-se ao fato de que a literatura abrange as três dimensões da formação humana:

- a *psicológica*, já que a literatura está fortemente ligada à necessidade que o homem possui de fantasiar;
- a *formadora*, pois as fantasias estão firmadas na realidade;
- e por fim a *social*, uma vez que o leitor se vê retratado na obra bem como suas vivências e o universo que o rodeia, memórias, hábitos, costumes, tradições e heranças sejam elas culturais, religiosas, morais e/ou ideológicas.

No que se refere à definição de literatura como arte, conforme explica Brandão (2009), também deve-se somar a definição de instrumento indispensável para:

- o conhecimento de mundo, uma vez que por meio dela vivenciamos os conhecimentos e a cultura de outra comunidade sem necessariamente vivê-las, visitando seu passado e presente e identificando as marcas morais, culturais e ideológicas deixadas no momento da escrita do texto;
- autoconhecimento do homem, já que muitas vezes nos vemos refletidas nela como em um espelho;
- formação e desenvolvimento dos campos do saber (intelectual, moral e ideológico), uma vez que se tem a oportunidade de confrontar nossas crenças e vivências, comparando-as àquelas descritas e/ou delas absorvendo conhecimento e experiência, já que por meio da literatura são tecidos conflitos, buscas e pensamentos.

Ao fazer-se instrumento de conhecimento, a literatura entrelaça-se à história e às questões de identidade. Esse entrelaçamento ocorre, uma vez que a literatura reflete a história, constituindo-se como representação histórica, já vez que ambas se orientam a partir das vivências pessoais, sociais, culturais e políticas e se

[...] concretizam em práticas discursivas, por darem voz aos atores que as constituem, não recorrendo ou valendo-se apenas da importância que cada uma ocupa em seus cenários, mas considerando, de todo um contexto em produção ou já produzido, forças somativas das partes que dão sustentação ao processo vivido (Brandão, 2009:09).

À literatura e à história soma-se a formação identitária que,

[...] passa, necessariamente, pela recuperação de certos valores autóctones de raízes específicas para o estabelecimento de novas negociações: seja para tentar resgatar a tradição, seja para tentar construir uma nova tradição, buscando, através da derrubada ou do resgate de mitos, uma idéia mais próxima daquilo o que é, contemporaneamente, o homem e a nação (Tutikian, 2006:01).

E essa múltipla relação literatura-história-identidade-homem-nação fica bastante evidente ao falarmos do recente processo de reafirmação identitária vivida por países que outrora foram colônias, como é o caso de Moçambique, foco desta proposta. Porém, antes de abordar as questões de reafirmação identitária é necessário discutir o conceito de identidade.

Em filosofia, fonte originária do termo, identidade refere-se a aquilo que dá a alguém sua natureza essencial e sua continuidade e ao que faz duas pessoas, ou grupos de pessoas, terem características comuns. Conforme Gumbrecht (1999:116), esta primeira definição filosófica busca “provar que na diversificação, que acontece na representação das coisas, continua a possibilidade da certeza da referência”.

Ao longo dos séculos, muitos pesquisadores investigaram sobre este assunto. O resultado foi uma diversidade de estudos desenvolvidos sob vários aspectos, dentre eles podemos citar: aspectos filosóficos, psicanalíticos, antropológicos e sócio-culturais, o que gerou uma pléiade de trabalhos científicos.

Dentre essas distintas abordagens do tema, Hall (2006) destaca que as concepções de identidade podem ser distinguidas a partir de três diferentes abordagens de sujeito, a saber: sujeito do Iluminismo, sujeito sociológico e sujeito pós-moderno. A partir dessas perspectivas de sujeito, podemos entender a identidade não mais em um viés ontológico, mas como sendo formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpretados dentro do sistema cultural, em que nação não é apenas vista como o Estado, mas sim como sistema de representação cultural em que

[...] não importa quão diferentes seus membros possam ser em termos de classe, gênero ou raça, uma cultura nacional busca unificá-los numa identidade cultural, para representá-los todos como pertencendo a mesma e grande família nacional (Hall, 2006:59).

Porém, ainda segundo Hall, a modernidade fragmentou essa identidade, ou seja, essa identidade tem sofrido constantes transformações, uma vez que as paisagens culturais de classe, gênero, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade não mais fornecem “sólidas localizações” para os indivíduos, tampouco estes estão organizados em torno de um *self* coerente. Dessa forma, o que podemos constatar são descentramentos, deslocamentos e ausência de referentes fixos ou sólidos para as identidades.

Ao falar em processo de reafirmação identitária, sem dúvida, um dos maiores exemplares é a realidade vivida por ex-colônias africanas. Isso se deve ao fato de que, esses países, durante muito tempo, tiveram suas raízes culturais submetidas à cultura do colonizador e, no momento atual, ainda que timidamente, estão buscando a (re)afirmação. Para isso,

embora utilizem a língua do colonizador, esta já não é a “mesma” língua portuguesa, pois está repleta de diversas marcas culturais africanas e, por meio da literatura, podemos buscar indícios reveladores dessas marcas.

De modo geral, essa sobreposição cultural tornava-se possível, na maioria das vezes, por meio da criação de estereótipos, quer dizer, ao encontrar valores distintos dos seus, os colonizadores os “taxavam como exóticos”, “apresentando o colonizado como uma população de tipos degenerados com base na origem racial de modo a justificar a conquista e estabelecer sistemas de administração e instrução” (BHABHA, 2003:111).

Diante dessa estereotipação, do incômodo e dos complexos gerados pela colonização, não restava aos colonizados outra saída senão adaptar-se, ou seja, reestruturar-se socialmente, o que geralmente significava identificar-se com a cultura colonizadora e negar a sua própria.

Desse modo, podemos perceber como um sujeito, em crise identitária, apaga em si sua própria imagem e tenta identificar-se com a imagem do outro, considerado, na maioria das vezes, o bom, o ideal a ser alcançado. Tal fato pode ser verificado, em muitas situações de uso da língua. Em Moçambique, por exemplo, quando alguém deseja atingir um maior público, ou obter maior respeito, usa-se a língua portuguesa, por esta possuir maior prestígio. Já em situações cotidianas, usa-se a língua local do seu grupo.

Torna-se mais fácil compreender essa situação ao tomarmos um conceito de cultura como sendo uma unidade aberta (Bakhtin, 2000). Embora esse conceito nos remeta a práticas e ações sociais que seguem um padrão determinado no espaço e refere-se à crenças, comportamentos, valores, instituições e regras morais que permeiam uma sociedade, ele necessita de outra cultura que o complete. Isso pode relacionar-se à identidade própria de um grupo humano em um território e num determinado período, isto é, por haver se distanciado de “sua cultura primeira, não pode reconhecer os valores com os quais aprendeu a viver como sendo inteiramente seus” (Braga 2007:02).

Geralmente, muitos ex-colonizados africanos, até hoje, tentam administrar e/ou equilibrar costumes, regras, práticas, valores e crenças distintas e, ao mesclar heranças de seus antepassados e dos colonizadores, dentro do binômio tradição X modernidade, acabam por refletir/reforçar a desigualdade (econômica, intelectual, social, educacional, etc.) existente, além de desconsiderar uma imensa diversidade cultural.

A imposição da língua portuguesa, além de reduzir o acesso à educação e à produção literária, também acabou por figurar como mais uma demonstração da superposição cultural. Isso se deu por meio do apagamento das línguas nativas e também de um apagamento cultural

que, segundo Honwana (2006:21) resulta “inelutavelmente no empobrecimento de toda a humanidade”.

Nesses embates, a língua deixa de ter como função a interação/comunicação e passa a comportar-se como qualificadora, considerando alguns de seus falantes superiores a outros, desqualificando, dessa maneira, todos os conhecimentos tradicionais e as demais línguas existentes. Conforme explica Couto (2004:163),

A política portuguesa em África foi orientada no sentido de fabricar uma camada social – os assimilados – capaz de gerir a máquina do Estado colonial. Os candidatos a assimilados deviam virar costas à sua religião, à sua cultura, às suas raízes. Uma das fronteiras entre os chamados civilizados e os não civilizados (os denominados indígenas) passava pelo domínio da língua do colonizador.

Entretanto, nos últimos anos, não apenas em Moçambique, como também nos demais países africanos de língua portuguesa, tem mobilizado esforços para promover o desenvolvimento de políticas linguísticas que resgatem o carácter multicultural das diversas sociedades existentes nesses países. É inegável que o português faz-se necessário frente às inúmeras línguas faladas, contudo, de modo algum, se pode anulá-las em nome de uma suposta supremacia da língua portuguesa.

Do ponto de vista literário, a busca pelo resgate e (re)configuração identitária se faz através de um olhar crítico que reconhece seu passado colonial, olha um presente pós-colonial e vislumbra um futuro verdadeiramente independente. E, por meio das mãos de escritores como Mia Couto (um dos primeiros que abre espaço para olharmos a África e, mais especificamente Moçambique) e Paulina Chiziane podemos perceber como a literatura é uma âncora segura que serve como apoio para romper barreiras e, conseqüentemente, promover mais oportunidades de diálogos.

Nas palavras de Mata (2007:03) os textos produzidos por esses novos autores moçambicanos vêm constituindo-se como “um objecto simbólico muito importante na construção da imagem da sociedade, sobretudo em espaços políticos emergentes, que vivem de forma por vezes ambígua e tensa a sua pós-colonialidade”.

Além disso, na literatura moçambicana pode-se perceber,

[...] um dialogismo intertextual circular no qual as unidades textuais e contextuais se complementam no processo de literalização, que resulta da representação literária do Outro a partir do espaço ideológico ou social em que se estabelece o Eu (CESÁRIO, 2008:19).

E justamente por configurar-se como espaço de diálogo e reflexão, a literatura genuinamente moçambicana tem refletido o crescente interesse feminino pelas letras e a relevância dos chamados relatos femininos; isto porque estes são imbuídos de memórias e esta é uma literatura

[...] que resgata a importância de seu relato ouvido ou lido no combate ao colonialismo, nas lutas de libertação, no período pos- independência, em favor de descoberta do outro, cujos princípios foram sufocados pelo estado colonial (CESÁRIO, 2008:20).

Assim, vemos uma literatura caracterizada pela alteridade, ou seja, oposição entre o Eu e o Outro, pluralidade lingüística, aliteração e o uso da palavra “fragmentada, aspecto da oralidade como riqueza de detalhes, a insistência no próprio emissor, a projeção da linguagem ao nível simbólico e a tendência em explicar o universo” (Coelho apud CESÁRIO, 2008:21).

Diante dessa perspectiva, Paulina Chiziane é, sem dúvida, um nome a ser considerado, pois além de romper com o modelo literário colonial, considerado o ideal, é também um marco na emancipação da mulher, especialmente quando descreve a realidade da mulher moçambicana e prioriza a vivência cultura local, vastamente explorada em sua obra *Niketche: uma história de poligamia*.

Chiziane não poupa palavras para vivificar situações, sentimentos e intenções. Assim, aproxima-se e faz uso da oralidade, distanciando-se do modelo colonial tido como ideal e rompendo o que Zilberman (1999:32) chama de literatura servil que, para a autora pode ignorar a própria nação. Como consequência de tal fato, explica a pesquisadora, “gera uma literatura servil, de espinha quebrada, submissa aos cânones estrangeiros ao mundo de onde ela provém”.

Textos como o de Paulina Chiziane podem ser considerados genuínos, visto que autores como ela “recorrem ao uso de neologismos, desobedecem a norma culta, empregam palavras das línguas de seus países, tornando-os, portanto, mais próximos das realidades apanhadas pelo texto literário” (CHAVES e MACEDO, s/d: 44).

Assim, a obra de Chiziane é como um convite ao leitor para viajar, explorar e descobrir uma nova África que ressurge. *Niketche*, além de ser o primeiro romance publicado por uma mulher moçambicana, também mostra de maneira exemplar as realidades presentes no cotidiano de Moçambique, seja por meio do cenário, seja por meio da diversidade cultural nele descrita.

### 3- ANÁLISE

#### 3.1- Língua: contexto histórico

No final do século XV, Vasco da Gama chegou à ilha de Moçambique e, em pouco tempo, a transformou em um forte ponto comercial português. Este, ao longo dos séculos, se firmou por meio do tráfico de escravos, extração de ouro, cobre, ferro e diamantes, além da exploração da cana-de-açúcar. Isso fez com que a língua e a cultura local fossem sublimados.

Após longos séculos de submissão ao colonizador, em 25 de setembro de 1964, teve início a Guerra da Independência, uma luta da guerrilha contra o exército português, também conhecida como a Luta Armada de Libertação Nacional. Esta luta terminou em 07 de setembro de 1974 com a assinatura dos Acordos de Lusaka, entre o governo português e a FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique), movimento formado em 25 de junho de 1962, que congregou 03 movimentos já existentes: UDENAMO (União Democrática Nacional de Moçambique), MANU (União Nacional Africana de Moçambique) e UNAMI (União Africana de Moçambique Independente). Estes movimentos tinham a intenção de instituir um sistema de governo comprometido com o progresso e o desenvolvimento da coletividade, o que os tornou um referencial construtor da identidade nacional.

De 1498, ano da chegada de Vasco da Gama, até 1975, o país, que era considerado território estratégico para as relações comerciais de Portugal, passou por inúmeras transformações, entre elas a adoção do português como língua oficial. Essa adoção aconteceu em 1845, antes mesmo da ocupação efetiva da ilha de Moçambique e constitui-se como uma forma de dominação e de fragmentação da cultura local, instituindo-se como qualificadora, ou seja, por meio de seu uso/domínio o nativo abandonava o estereótipo de indígena/selvagem/bárbaro e passava, teoricamente, a ser visto como cidadão. Além disso, justificava-se também pela necessidade de dar suporte administrativo formando intérpretes, escriturários, entre outro, o que Rama (1985) denomina a constituição de um anel em torno do poder.

Além disso, com a oficialização da língua portuguesa, as línguas nativas continuaram vivas, sendo utilizadas na comunicação oral cotidiana com os subordinados e em família, mas não com não falantes do português. Atualmente, mesmo sendo oficial, apenas 6% da população moçambicana tem a língua portuguesa como língua materna, o que acaba por refletir a desigualdade socioeconômica e intelectual.

No que se refere aos aspectos socioeconômicos, o país apresenta dados alarmantes, que revelam o resultado devastador de décadas de exploração de riquezas naturais e humanas,

tanto que segundo dados da organização WLSA-Mozambique (*Women and Law in Southern Africa*), cerca de 70% da população vive abaixo da linha da miséria, o que está ligado a alta taxa de desemprego (acima de 40%) e ao subemprego.

Já as questões intelectuais e lingüísticas são refletidas na baixa escolaridade (51,9% de analfabetismo, sendo que entre as mulheres a taxa sobe para 66,7%) e pela desigualdade intelectual gerada pela imposição do português como língua oficial e que acaba se refletindo no déficit literário existente no país, isto é, apenas 40% da população fala português o que torna o domínio do código escrito um privilégio para poucos tornando ínfimo o exercício literário, especialmente para as mulheres.

### 3.2 - Língua e literatura

No que se refere à literatura, as primeiras produções em língua portuguesa podem ser definidas como literatura em Moçambique<sup>1</sup> e não como literatura moçambicana, já que seguia os moldes europeus e refletia o olhar do colonizador, ou seja, a literatura colonial é a expressão de uma prática e de um pensamento que se assentam no pressuposto da superioridade cultural do colonizador.

Segundo Chaves (2004: 140):

[...] Sem receio de cair no excessivo, podemos afirmar que de tal forma os esquemas coloniais penetraram na composição sócio-cultural do continente que se torna difícil elaborar qualquer análise, sobre qualquer que seja o objeto, sem passar pela indagação da natureza e dos efeitos do colonialismo naquelas sociedades.

O que se passa na relação entre os homens tem inequívocas marcas no domínio das obras por eles produzidas e desse sistema não pode escapar a construção literária. Examinar a trajetória da vida literária nesses países é, portanto, um modo de compreender a verticalidade da contradição como marca constitutiva do processo colonial.

Um exemplar do que podemos classificar como literatura moçambicana é a obra *Niketche: uma história de poligamia*, já que sua narrativa aproxima-se demasiadamente da contação de estórias, não poupando palavras para vivificar relações, sentimentos e intenções,

---

<sup>1</sup> Tratava-se de obras que tinham como objetivo ostentar o colonizador e suas conquistas, por meio de inúmeros adjetivos que enalteciam seus feitos, a grandiosidade das terras conquistadas, etc., o que, segundo Chaves (2004:143), estava apoiada em uma “visão que não ultrapassava as fronteiras do estereótipo”. Ainda segundo a autora podemos citar, como exemplos dessa literatura, as seguintes obras: *A terra da esperança* (Branco, 1940), *Terra conquistada* (Matos, 1946), *Terra ardente* (Lopes, 1947), *África misteriosa* (Quintinha, 1929) e *África terra de promessa* (Rodrigues Jr, 1949).

com a presença de repetições, etc. caracterizando-se como um desafio para os acostumados à estética de uma literatura ocidental e “beletrista”, pois impõe as marcas da literatura africana, originalmente oral, na “nossa” língua portuguesa.

[...] Na dança celebro a vida enquanto aguardo a morte. Por que é que não danças.

Dançar. Dançar a derrota do meu adversário. Dançar sobre a coragem do inimigo. Dançar no funeral do ente querido. Dançar à volta da fogueira na véspera do grande combate. Dançar é orar. Eu também quero dançar. (CHIZIANE, 2004: 16)

Apresenta também uma mescla de línguas locais com a língua portuguesa.

*Muthiana orera, onroa vayi?* Pergunto. Elas escancaram as bocas e me respondem com sorrisos, de alegria [...] Cada uma me conta histórias intermináveis de magias de amor, com *makangas*, *xithumwas*, *wasso-wasso*, saís, ervas, mezinhas, fumo de tabaco, *cannabis*, vassouras, garrafas, mentol, só para fazer um homem perder a cabeça por ela. (CHIZIANE, 2004: 186)

[...] por isso fomos buscar essa nortenha do lado oeste. Ela fala português com acento *nhanja*, mas vamos corrigi-la no devido tempo. (CHIZIANE, 2004: 323)

Ambas as características, repetições, excesso de dizer a mesma coisa e a mescla de línguas locais e a língua portuguesa, funcionam, nesse processo de (re)configuração identitária, como um mecanismo de aproximação do “ser moçambicano”.

Essa aproximação ocorre, pois as características apresentadas remetem à tradição oral, fortemente cultivada por seus antepassados, ao longo dos séculos de hegemonia portuguesa, já que durante esse período com a oficialização da língua portuguesa, as tradições, crenças, línguas moçambicanas continuaram vivas, por meio das rodas de conversa e de contação de histórias ao redor das fogueiras.

Porém, se por um lado a imposição da língua portuguesa como língua oficial gerou/provocou o apagamento de algumas línguas vernáculas, por outro, oportunizou a unificação linguística diante dos inúmeros idiomas e dialetos falados no país. Mas, a oficialização da língua não a tornou neutra, já que seus falantes não perdem as marcas das suas línguas regionais. Isso fica evidente em entrevista concedida pela autora da obra *Niketche*:

[...] Nós temos língua própria, mas o sistema colonial definiu que a educação só pode ser em português. Então nós tivemos de aprender duas ou mais línguas. Penso que não é só um problema meu. A maioria do povo moçambicano fala mais de uma língua. É verdade que agora domino melhor a língua portuguesa. É que me casei com um homem que é do norte e fala outra língua. Então, nossa

comunicação sempre foi em português. Já os meus filhos tiveram o português como primeira língua. Mas os mais velhos, a situação é essa. A língua exerce em Moçambique, mais do que em outro país lusófono, um papel de unificação. Se nós não tivéssemos a língua portuguesa, não teríamos como nos comunicar. E fico encantada. Quando estou em Maputo fico com saudade do português Macua ou Maconde, do norte, que tem outras características (FRANÇA, Carla; LEITE, Rodrigo, 2009).

### 3.3– *Niketche* e a diversidade

Devido à importância comercial alcançada no século XV, Moçambique atraiu muçulmanos, portugueses, franceses, norte-americanos, espanhóis, cubanos, além de negros livres e escravos. Ou seja, o país passou a congregar línguas diferentes, tradições, religiões e valores distintos, sendo um exemplar da heterogeneidade e da diversidade cultural. E a literatura, por estar vinculada à história, passou a funcionar como um espelho dinâmico que reflete presente e passado, tradição e modernidade. Isso se materializa em *Niketche* de pelo menos duas formas:

- a) na escolha do próprio título da obra: que é uma dança de iniciação sexual e de celebração da vida em que ocorre o encontro da mulher consigo e esta, ao ser eleita como título, passa também a ser considerada como a metáfora da relação poligâmica de Tony com as seis mulheres. E é a partir dessa relação que a narradora estabelece suas reflexões sobre o universo cultural em que vivem os protagonistas;
- b) na acepção das representações culturais realizada entre o norte e o sul, mostrando, por um lado, o catolicismo trazido pelos portugueses que apregoa não apenas o cristianismo como também a monogamia e, por outro, elementos islâmicos entrelaçados a cultos ancestrais, que apóiam a prática de rituais, de iniciação, purificação, etc., e a poligamia.

Esta acepção confirma o que Woodward (2009) afirma sobre a identidade, ao mostrar que esta é marcada pela diferença, o Eu existe em oposição ao Outro, ou seja, as mulheres do norte existem e assim se denominam em oposição as mulheres do sul:

- Vocês, do sul, são grandes de tamanho. Fortes. Boas para o trabalho – concluiu a Mauá num tom quase insultuoso. – têm bacia e ancas enormes, boas de mais para os partos [ ...] Nós, as nortenhas, somos finas, pequenas, boas para o amor e para o leito. Por isso somos rainhas, os homens são nossos escravos (CHIZIANE, 2004: 182).

Nas palavras de Bakhtin (2000), ao olhar uma cultura diferente da sua, voltamos os olhos para a nossa própria. Isso gera perguntas que nunca se esgotam, gerando um constante diálogo, pois uma cultura, afirma o pensador, só se revela completa aos olhos de outra cultura. No excerto acima de Chiziane isso fica explícito e a narradora sempre recorre a oposição norte/sul para falar das mulheres, o que evidencia a sua constante luta em torno de sua (re)configuração identitária.

Porém, antes de opor-se ao outro é necessário realizar um exercício de autoconhecimento, e na obra este faz-se por meio das conversas de Rami com seu espelho, ou seja, a simbologia do espelho está associada a uma constante tentativa de descoberta de si e do mundo que a rodeia. Isso se repete várias vezes, ao longo da narrativa:

[...] Entre nós há uma barreira fria, gelada, vidrada. [...] Esta imagem não sou eu, mas aquilo que fui e que queria voltar a ser. Esta imagem sou eu, sim, numa outra dimensão.  
Tento beijar-lhe o rosto. Não a alcanço. Beijo-lhe então a boca, e o beijo sabe a gelo e vidro. Ah, meu espelho confidente. Ah, meu espelho estranho. Espelho revelador. Vivemos juntos desde que me casei. Porque só hoje me revelas o teu poder? (CHIZIANE, 2004: 16-17)

As múltiplas faces refletidas no espelho e o conhecimento de si e do outro é assim referido em Bakhtin (2000:53):

[...] na frente de um espelho, quase sempre posamos, adotando esta ou aquela expressão que nos parece essencial e desejável. Tais são as diversas expressões que, no nosso rosto refletido no espelho, entram em luta e em simbiose fortuita. Nunca é nossa alma, singular e única, que se encontra expressa no acontecimento contemplação: sempre se introduz um segundo participante – o outro fictício, o autor não fundamentado e não autorizado; não estou sozinho quando me olho no espelho, estou sob o domínio de outra alma. [...]

No que se refere à oposição Eu – Outro representada na figura da narradora Rami e sua luta constante pela sua identidade, podemos vivenciá-la ao compararmos as diferentes abordagens quanto ao tratamento dispensado à mulher, ao comportamento feminino (“ chorei em liberdade, porque chorar é destino de mulher”, CHIZIANE, 2004:156), à morte, à viuvez, ao casamento e ao poder exercido pela família, pontos sempre em discussão na narrativa de Chiziane.

Retomando a oposição norte/sul, em *Niketche*, enquanto no norte a mulher é vista como uma jóia, é respeitada, é valorizada e embora esteja fortemente ligada ao marido tem vida própria, “... Aos domingos, no passeio da tarde, alguns maridos levam o bebê ao colo e o

saco de fraldas, para as esposas não amarrotarem os vestidos” (CHIZIANE, 2004:46), no sul ela é vista como um apêndice do marido, como um objeto de propriedade primeiro do pai e depois do marido, um ser sem vontade própria e subordinada à figura masculina: “Os homens foram feitos para controlar e as mulheres para trabalhar”. (CHIZIANE, 2004: 120)

E essa submissão é inclusive mostrada por lendas que reafirmam a superioridade do homem, a necessidade de obediência por parte das mulheres e o castigo para desobediência. É o caso da lenda da princesa Vuyazi, uma princesa castigada por não submeter-se ao marido,

[...] Esta princesa desobedecia ao pai e ao marido e só fazia o que queria. Quando o marido repreendia ela respondia. Quando lhe espancava, retribuía. Quando cozinhava galinha, comia moelas e comia coxas, servia ao marido o que lhe apetecia [...] Recusava-se a servi-lo de joelhos e a aparar-lhe os pentelhos. O marido, cansado da insubmissão. Apelou à justiça do rei, pai dela. O rei, magoado, ordenou ao dragão para lhe dar um castigo. Num dia de trovão, o dragão levou-a para o céu e a estampou na lua, para dar um exemplo de castigo ao mundo inteiro. (CHIZIANE, 2004: 157)

Certamente, esse tratamento dado à mulher se reflete também no comportamento que esta assume frente à sociedade seja quanto a sua aparência física, à tomada de decisões ou a questões emocionais.

Ao norte do país as tradições ancestrais são preservadas de modo que as mulheres adotam a prática de rituais e procedimentos (tatuagens tipo cortes para deixar a pele mais grossa) que levam ao autoconhecimento. Isso as deixa mais bonitas e interessantes para seus maridos e para os amigos deles, uma vez que elas, muitas vezes, são oferecidas ao visitante como prova de amizade, o que em nenhum momento as faz sentirem-se desprestigiadas e /ou usadas.

Já no sul, que teve sua cultura primeira submetida à cultura do colonizador e está sob influência católica, as mulheres ainda ocupam o posto de objetos, sendo atribuídas a elas a obediência ao marido e a maternidade, sem que elas tenham o direito a manifestar-se, seja sobre o comportamento do marido ou sobre sua própria vida, ou seja, devem portar-se, verdadeiramente, como um objeto a quem lhe são infringidos o silêncio e a sujeição, sem espaço para a autoconsciência ou autoestima. Prova disso é que andam cobertas, tristes e sem vida. E quando há a tentativa de mudança, logo são desestimuladas.

[...] Mandei fazer umas roupas bem garridas, com amarelo, vermelho e laranja. Vesti-as e fui ao espelho, estava magnífica. Toda eu era fruta madura. Cereja. Caju. Maçã. Estava simplesmente tentadora. [...] Ele coloca a mão no meu ombro, meu Deus, como a conselheira tinha razão! De repente larga-me, dá dois passos à retaguarda e lança um sorriso de troça.

- Estás tão colorida que pareces uma borboleta. Pareces açafraão. Piripiri maduro. O que te inspira a esses gostos tão espampanantes?” (CHIZIANE, 2004, p. 47 - 48)

A poligamia, por sua vez, existe nas duas regiões. Porém, mostra-se de maneira diferenciada, ou seja, no norte de origem islâmica ela é aceita e justificável, uma vez que o Islã argumenta que este é um modo de proteção para a mulher e que não é da natureza masculina ser monogâmico. Já no sul ela existe, mas de maneira camuflada, quer dizer, é normal os homens com melhores condições financeiras manterem mais de uma família. No entanto, apenas a mulher com quem se casou frente ao juiz e ao padre é considerada esposa e detentora dos direitos como tal, o que não é garantia de segurança, pois em qualquer situação a mulher pode ser considerada culpada.

Essa culpabilidade da mulher é mostrada também no momento da suposta morte do marido de Rami. Segundo as tradições sulinas a morte é um fenômeno cujas implicações malignas podem trazer energias negativas para a família e, por isso, são realizados rituais de purificação que também são úteis para legitimar a culpa da mulher no falecimento do marido, seja pela falta de cuidados ou pela realização de bruxarias, com o intuito de tomar posse dos bens deixados: “-Rami, tens que assumir a responsabilidade do que se passou com Tony. Ele perdeu a vida por tua culpa. [...] – O feitiço é teu. Mataste-o para evitar o divórcio e ficares com os bens do falecido” (CHIZIANE, 2004: 120).

Sem dúvida, a viuvez é muito mais árdua para a mulher do que para o marido. Enquanto ela sofre a perda e a acusação de ser homicida, o homem sequer sofre as sanções, se por acaso tiver culpa na morte da esposa.

Após a morte, o comportamento em relação às cerimônias fúnebres e o tratamento dispensado à viúva, por parte da família, também é diferente, ou seja, enquanto no norte a morte é um momento íntimo de recolhimento, para os sulinos, ao contrário, é momento de exposição.

No que se refere à viúva, no norte a mulher é protegida e seus direitos resguardados. No sul tiram-lhe até mesmo o direito à própria vida e o que resta de sua dignidade enquanto pessoa:

[...] chega a família de Maua para exigir os direitos da viúva ... entre os macuá a mulher é mãe, rainha e criadora do universo. Uma viúva macuá recebe carinho, amor e ajuda. (CHIZIANE, 2004: 205)

[...] entram no meu quarto e desmontam os moveis para abrir espaço e cobrem toda a mobília com lençóis brancos. Arrastaram-me para um canto, raparam-me

o cabelo á navalha e vestiram-me de preto. Acabava de perder poderes sobre o meu corpo e sobre a minha própria casa. (CHIZIANE, 2004:199)

Além disso, a mulher sulina ainda é oferecida ao irmão do marido como prática de finalização do luto.

[...] É sexta-feira. Prepara-se a cerimônia dos oito dias do morto. [...] Arrancam a roupa, quase que a rasgam. Cobrem-me com uma manta grossa de algodão e submetem-me ao banho de vapor. [...] cobrem-me com um lençol e me arrastam para o quarto ao lado. [...] Sinto alguma coisa quente tocando no meu ombro. É uma mão. Um braço. Sinto o cheiro de homem. Uma corda arrebatam-me pela cintura. É o outro braço que me enlaça que me rapta. Chegou a hora do *kutchinga*, a tradição entrega-me nos braços do herdeiro. (CHIZIANE, 2004: 223 -224)

Fica evidente o poder que a família exerce. Essa interferência da família mostra-se em pelo menos dois momentos: no momento da morte do marido e nas reuniões convocadas pelo conselho familiar: “O Tony convocou um conselho de família, para se queixar da nossa má conduta [...] convocou os pais e as mães, tios que vieram com pontualidade religiosa”. (CHIZIANE, 2004: 151)

Segundo Hall (2006), por tratar-se de um processo contínuo e cambiante, a construção da identidade depende de nossas vivências, do contato com o outro, do processo de aproximação – estranhamento e, por isso mesmo, somos compostos não de uma única, mas de várias identidades.

Na obra, isso fica evidente a partir do momento em que Rami, ao entrar em contato com uma nova cultura, passa a (re)ver seus conceitos e a adotar práticas e costumes alheios, convertendo-se em uma mulher multifacetada. Rami amplia seu olhar sobre o mundo que a cerca, lutando pela sua identidade de mulher moçambicana, seus valores, crenças, costumes e práticas cotidianas, mesclando tradição e modernidade, passado e presente, ou seja, deixa de negar contra as características culturais que a constituem, mas não se acomoda, ela questiona a tradição e seus efeitos discriminatórios em relação a mulher.

Talvez o exemplo mais claro seja, ao final da narrativa, a aceitação da poligamia, regime admitido na sociedade africana, isto é, Rami não apenas aceita dividir seu marido com as outras esposas como também passa a administrar esse “negócio matrimonial”. Como no excerto: “hoje é sexta-feira. Estão todas elas a chegar para mais um parlamento conjugal.

Nesta noite o Tony vai passar para a casa da Ju. Elas aparecem pontualmente, não permito atrasos” (CHIZIANE, 2004: 259).

#### 4 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme já dito anteriormente, segundo Antonio Candido (1995), a literatura tem um caráter humanizador, já que por meio dela damos asas a nossas necessidades de fantasiar, projetamos nossa realidade e vemos retratadas nas obras nossas vivências, tradições, costumes, crenças, etc. Além disso, ela se configura também como um instrumento indispensável para o conhecimento do mundo, autoconhecimento e desenvolvimento dos vários campos do saber, haja vista a inclusão da literatura no curso de Medicina pelo médico/escritor Dráuzio Varela.

Por congregar essas características, a literatura acaba entrelaçando-se à história e às questões de identidade, o que fica bastante evidente ao explorarmos /tratarmos de países que outrora foram colônias portuguesas, especialmente Moçambique. Isso se dá porque na busca pela (re)configuração identitária, a literatura, genuinamente moçambicana, lança mão de fatos históricos como a Guerra Civil e o período pós-libertação para expor as marcas deixadas pelo colonizador e para (re)tomar sua “cultura primeira”.

Essa crescente produção literária deve-se a autores críticos como Mia Couto e Paulina Chiziane que, ao romper com os cânones, resgatam sua história, suas tradições, seus costumes e, por fim, sua identidade por tanto tempo sublimada pelo colonizador. Desse modo, esses autores nos mostram, de maneira bastante particular, a realidade moçambicana, uma vez que fazem da literatura um meio de resgate e difusão cultural de seus povos.

Paulina Chiziane em sua obra *Niketche: uma história de poligamia* resgata/valoriza a cultura ancestral, as línguas, as tradições sem, no entanto, deixar de lado a modernidade. Assim, revela por meio de sua narrativa, muitos dos fatores que antes do processo colonizador eram a base da sociedade moçambicana como rituais religiosos, a tradição oral, a poligamia, etc. Além disso, revela também as marcas deixadas pelo colonizador em que destacam-se a língua portuguesa e o cristianismo, e acima de tudo, como a mescla de ambas acabou por constituir indivíduos multiculturais, que, ao opor-se ao Outro, buscam resgatar e reafirmar sua própria identidade já que esta, de acordo com Hall (2006), depende do Outro e não está organizada em torno de um *self* coerente.

Feitas essas considerações, ao refletir sobre a (re)configuração identitária

desencadeada em Moçambique, nosso objetivo foi averiguar de que maneira aspectos lingüísticos e culturais influenciam esse processo e como este é refletido pela literatura.

No que se refere aos aspectos lingüísticos, foi possível verificar que a adoção da língua portuguesa trouxe benefícios e malefícios. Ou seja, embora tenha unificado linguisticamente um país rico em dialetos, a oficialização da língua portuguesa também possibilitou o apagamento de línguas vernáculas. Além disso, por ser um privilégio de poucos, ela acabou por promover o empobrecimento intelectual e educacional que resultaram na baixa escolaridade e na escassa produção literária genuinamente moçambicana, isto é, aquela produzida por escritores moçambicanos; e, por fim, de maneira mais ampla, no não exercício pleno da cidadania.

Culturalmente, ao criar a narradora Rami, Chiziane dá voz ao povo moçambicano, mais especificamente, às mulheres, já que, ao contar sua história de vida, a personagem abre caminho para discussões acerca de crenças, costumes, aspectos religiosos, questões relacionadas a gênero e alicerces morais e sociais que, ao longo do período colonial, foram apagados ou mesclados aos valores e práticas ditadas pelo colonizador, mascarando aquilo que revela a grande diversidade cultural presente no país – a sua diversidade de línguas e etnias.

Evidentemente, o tripé história-literatura-identidade é um tema vasto e inspirador, bem como os fatores que influenciam, regem ou sustentam os processos de (re) configuração identitária, especialmente em Moçambique, e como estes são refletidos pela literatura, de modo que, este trabalho explorou apenas alguns destes aspectos, não sendo possível tecer conclusões generalizadoras. Ao contrário, desejamos instigar/estimular o desenvolvimento de novos estudos/pesquisas acerca deste tema e da jovem e promissora literatura moçambicana.

## **5 – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. (Trad. Maria E. Galvão Pereira). 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Ed.UFMG, 2003.

BONNICI, Thomas. *O pós-colonialismo e a literatura: estratégias de leitura*. Maringá: EDUEM, 2000.

BOURNNEUF, Roland e OUELLET, Réal. *O Universo do Romance*. Coimbra: Livraria Almedina, 1976.

CANDIDO, Antonio. *Textos de intervenção*. (seleção, apresentação e notas de Vinícios Dantas). São Paulo: Duas Cidades, 2002, p.77 a 92.

\_\_\_\_\_. *Ensayos y comentarios*. (trad. Rodolfo M. Sandoval e María Teresa Celada). Campinas, SP: Editora da Unicamp; Fondo de Cultura Económica: México, 1995.

COELHO, N. N. *A literatura feminina no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Siciliano, 1993.

COUTO, Mia. *Luso-Afonias – A Lusofonia entre Viagens e Crime*. Questão (Universidade do Algarve, Departamento de Letras Clássicas e Modernas & Centro de Estudos Linguísticos e Literários – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais). N. 1, 2004, p. 162-168.

CHAVES, Rita. Vida literária e projeto colonial: tradição e contradição no império português. *Travessias. Revista de Ciências Sociais e Humanas em Língua Portuguesa*, Lisboa, Edições 4 e 5, p.139-153, jul. 2004 .

CHAVES, Rita; MACEDO, Tania. Caminhos da ficção da África portuguesa. *Entre livros*, São Paulo, Edição Especial nº 06, p. 44 – 51, s/d.

CHIZIANE, Paulina. *Niketche: uma história de poligamia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

GOMES, Aldónio. A(s) Língua (s) portuguesa(s). In: CHAVES, Rita; MACEDO, Tania (org). *Marcas da diferença: as literaturas africanas de língua portuguesa*. São Paulo: Alameda, 2006, p.29 -33.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história*. (Trad. Federico Carotti). São Paulo, Cia das Letras, 1989.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. Minimizar identidades. In: JOBIM, José Luis. *Literatura e identidades*. Rio de Janeiro: J.L.J.S. Fonseca, 1999, p. 115 – 124.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. (trad. Tomasz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro). 11ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HONWANA, Luis Bernardo. Literatura e o conceito de africanidade. In: CHAVES, Rita; MACEDO, Tania (org). *Marcas da diferença: as literaturas africanas de língua portuguesa*. São Paulo: Alameda, 2006. P.17-25

PERRONE MOISÈS, Leyla. *ATLAS LITERATURAS: escolha e valor na obra crítica de escritores modernos*. 1ª. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SILVA, Tomaz Tadeu da (org.); HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. 9ª ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2009.

RAMA, Ángel. *A cidade das letras*. (Trad. Emir Sader). São Paulo: Brasiliense, 1985.

VERÍSSIMO, José. *Que é literatura? E outros escritos*. São Paulo: Landy, 2001.

ZILBERMAN, Regina. História da literatura e identidade nacional. In: JOBIM, José Luis. *Literatura e identidades*. Rio de Janeiro: J.L.J.S. Fonseca, 1999, p. 23 – 56.

Textos disponíveis online:

BRANDÃO, Aparecida. *A relação literatura e história: um caminho para a compreensão das práticas sociais*. Disponível em <http://www.webartigos.com/...RELACAO-LITERATURA--HISTORIA-UM-CAMINHO...COMPREENSAO-DAS-PRATICAS>, acesso em 22 de junho de 2010.

BRAGA, Samanta Simões. *A dança das convenções: uma leitura do romance Niketche: uma história de poligamia de Paulina Chiziane*. Disponível em [WWW.uefs.br](http://WWW.uefs.br), acesso em 20 de maio de 2010.

CESARIO, Irineia Lina. *Niketche: a dança da recriação do amor poligâmico*. São Paulo: PUC, 2008. Dissertação, Programa de Estudos Pós-Graduados em Literatura e Crítica Literária, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2009. Disponível em [biblioteca.universia.net/.../niketche-danca-da-recriacao-do-amor-poligamico/.../36514580.html](http://biblioteca.universia.net/.../niketche-danca-da-recriacao-do-amor-poligamico/.../36514580.html), acesso em 03 de março de 2011.

FRANÇA, Carla; LEITE, Rodrigo. *Um Moçambique de histórias*. Disponível em <http://revistalingua.uol.com.br/textos.asp?codigo=11899>, acesso em 30 de maio de 2011.

MATA, Inocência. *A crítica literária africana e a teoria pós-colonial: um modismo ou uma exigência?* Disponível em <http://www.omarrare.uerj.br/numero8/inocencia.htm>, acesso em 10 de abril de 2011.

PIRES, Vera Lúcia. *Questões de identidade e diferença: tensão entre o mesmo e o outro*. Disponível em <http://www.ufsm.br/corpus/public/frag03.pdf>, acesso em 20 de março de 2011.

SOUZA, Isaac Costa de. *Identidade e diferença – o indígena e o cristianismo*. Disponível em <http://www.ultimato.com.br/conteudo/identidade-e-diferenca-o-indigena-e-o-cristianismo/4>, acesso em 29 de novembro de 2010.

TUTUKIAN, Jane. *Questões de identidade: a África de língua portuguesa*. Disponível em <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php>, acesso em 20 de junho de 2010.

WLSA. *Feminismo em Moçambique: A luta das mulheres em Moçambique*. Disponível em [www.wlsa.org.mz](http://www.wlsa.org.mz), acesso em 25 de outubro de 2010.